



Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Aviso n.º 13 669/2006

Para os devidos efeitos, torna-se público que Rui Pedro Dias Coelho, classificado em 1.º lugar no concurso interno geral de ingresso na categoria de estagiário para especialista de informática do nível 2, da carreira de especialista de informática, da área de engenharia de software, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231, de 2 de Dezembro de 2005, tendo sido nomeado, declarou por escrito não aceitar o lugar, sendo retirado da lista de classificação final.

4 de Dezembro de 2006. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Despacho (extracto) n.º 26 055/2006

Nos termos do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 11 594/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 29 de Maio de 2006, subdelego, com a faculdade de subdelegação, na directora do Gabinete de Investigação Criminal do Serviço de Fiscalização de Lisboa e Vale do Tejo, licenciada Maria Leonor Cruz dos Santos, e sem prejuízo do poder de avocação, os poderes para praticar os seguintes actos:

1 — Em matéria de gestão dos recursos humanos e da gestão em geral:

1.1 — Despachar os pedidos de justificação de faltas do pessoal afecto ao respectivo Gabinete;

1.2 — Aprovar os planos de férias do pessoal sob sua dependência hierárquica e autorizar as respectivas alterações, bem como o gozo

de férias e a sua acumulação com as do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;

1.3 — Autorizar o gozo de férias anteriores à aprovação do respectivo plano, bem como o respectivo gozo interpolado;

1.4 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao bom funcionamento dos serviços, com excepção da que for dirigida aos órgãos de soberania e respectivos titulares, incluindo membros do Governo, direcções-gerais, inspecções-gerais, governadores civis, autarquias locais e institutos públicos.

2 — A presente subdelegação de competências produz efeitos desde o dia 6 de Fevereiro transacto, ficando, por força dela e ao abrigo do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratificados todos os actos entretanto praticados pela referida dirigente.

30 de Novembro de 2006. — O Coordenador dos Serviços de Fiscalização de Lisboa e Vale do Tejo, *Lourenço Campos Lopes*.

Despacho (extracto) n.º 26 056/2006

Nos termos do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 11 594/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 103, de 29 de Maio de 2006, subdelego, com a faculdade de subdelegação, na chefe de equipa da Secretaria-Geral do Serviço de Fiscalização de Lisboa e Vale do Tejo, Adélia Maria Ginja Guerra Cunha Esteves, e sem prejuízo do poder de avocação, os poderes para praticar os seguintes actos:

1 — Em matéria de gestão dos recursos humanos e da gestão em geral:

1.1 — Despachar os pedidos de justificação de faltas do pessoal afecto à Secretaria-Geral;

1.2 — Aprovar os planos de férias do pessoal sob sua dependência hierárquica e autorizar as respectivas alterações, bem como o gozo de férias e a sua acumulação com as do ano seguinte, dentro dos limites legais e por conveniência de serviço;

1.3 — Autorizar o gozo de férias anteriores à aprovação do respectivo plano, bem como o respectivo gozo interpolado.

2 — A presente subdelegação de competências produz efeitos desde o dia 1 de Março transacto, ficando, por força dela e ao abrigo do

disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratificados todos os actos entretanto praticados pela referida dirigente.

30 de Novembro de 2006. — O Coordenador dos Serviços de Lisboa e Vale do Tejo, *Lourenço Campos Lopes*.

Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, I. P.

Aviso n.º 13 670/2006

Por despachos de 17 e de 22 de Novembro de 2006, respectivamente do conselho directivo do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, I. P., e do secretário-geral-adjunto do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, foi José Augusto Lopes Correia, motorista do quadro da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, requisitado para o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, I. P., nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Dezembro do corrente ano. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Dezembro de 2006. — A Secretária Nacional-Adjunta, *Deolinda Picado*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 26 057/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 12.º, no n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, e nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de subinspector-geral na Inspeção-Geral das Actividades em Saúde, o licenciado Felisbelo Martins Jerónimo, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Novembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Felisbelo Martins Jerónimo, nascido em 30 de Outubro de 1951 na freguesia de Fundada, concelho de Vila de Rei, distrito de Castelo Branco, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, é inspector superior principal do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Saúde.

Na sua experiência profissional conta mais de trinta e quatro anos de exercício de funções públicas, fundamentalmente nas áreas da saúde e do trabalho.

A) Na área da saúde destaca-se:

a) O exercício do cargo de subinspector-geral na Inspeção-Geral da Saúde, a partir de 27 de Julho de 2002;

b) O exercício do cargo de subdirector-geral no então Departamento de Recursos Humanos da Saúde, nos anos de 2000 e 2001 (até meados de Julho);

c) A coordenação do Gabinete de Apoio Técnico da Inspeção-Geral da Saúde;

d) O exercício de funções inspectivas junto dos serviços e instituições dependentes ou sob a tutela do Ministério da Saúde, abrangendo os diversos aspectos da sua organização e funcionamento;

e) A participação em acções de fiscalização de unidades de saúde privadas;

f) A realização de estudos e elaboração de pareceres técnicos sobre diversas questões;

g) A participação em diversas comissões e grupos de trabalho internos e externos, em representação da IGS (com vista à preparação/reformulação de diplomas legais, à elaboração do Livro Branco do Controlo Interno da administração Financeira do Estado, etc.)

B) Na área do trabalho destaca-se:

a) As funções exercidas no âmbito da concepção e produção estatística, em matéria de emprego, remunerações, prestações complementares, condições sociais do trabalho e regulamentação do trabalho;

b) A manutenção de um ficheiro de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, em vigor no território nacional, organizado segundo a natureza do IRCT e contendo informação sobre os vários parâmetros de aplicação;

c) A participação em comissões técnicas encarregadas da preparação de portarias de regulamentação de trabalho;

d) O exercício de funções inspectivas, ao serviço da Inspeção-Geral do Trabalho, junto das empresas dos distritos de Lisboa e de Santarém, com base na legislação geral do trabalho e na regulamentação colectiva de trabalho.

Complementarmente às funções exercidas na área da saúde, colaborou como formador em várias actividades formativas, nomeadamente em diversos cursos de formação e em alguns painéis temáticos para dirigentes e pessoal técnico superior sobre «Estatuto disciplinar da função pública no âmbito da saúde» e sobre «Gestão dos recursos humanos da saúde no processo de reforma do sistema de saúde», e ainda em cursos de formação para pessoal administrativo da saúde sobre «Estatuto disciplinar» e sobre «Código do Procedimento Administrativo».

Paralelamente e em acumulação com as funções exercidas na área do trabalho, foi monitor de Direito Penal na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no ano lectivo de 1979-1980 (2.º semestre) e no ano lectivo de 1980-1981.

Despacho n.º 26 058/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 12.º e no n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, e nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de subinspector-geral na Inspeção-Geral das Actividades em Saúde, o licenciado José António Martins Coelho, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de Novembro de 2006.

30 de Novembro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

José António Martins Coelho, nascido em 23 de Março de 1953, na freguesia de São João Batista, concelho de Moura, casado, residente na Estrada de Benfica, 609, 1.º, esquerdo, 1500-086 Lisboa.

Habilitações literárias e profissionais:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, cadeiras de Contabilidade Geral e Análise de Balanços, Contabilidade Analítica e Gestão Orçamental e Fiscalidade do curso de Organização e Gestão de Empresas do ISEG;

Estágio na DG XX — do Controlo Financeiro, da Comissão Europeia, Bruxelas (1993);

Frequência de várias acções de formação, designadamente nas áreas da gestão pública saúde e do controlo financeiro da Administração Pública.

Na sua experiência profissional, releva-se:

Desde 21 de Agosto de 2002, exerce as funções de subinspector-geral da Saúde, dirigindo o Serviço de Inspeção e Auditoria de Gestão da Inspeção-Geral da Saúde (em regime de substituição de 21 de Agosto de 2002 a 6 de Dezembro de 2004);

De 14 de Maio de 1997 a 20 de Agosto de 2002, exerceu as funções de director dos Serviços de Auditoria de Acções Estruturais e de Gestão da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, tendo coordenado auditorias a organismos do Ministério, ou por este tutelados, bem como aos sistemas de gestão e controlo das intervenções operacionais dos quadros comunitários de apoio, co-financiadas pelo FEOGA Orientação e pelo IFOP, e acompanhado diversas missões de controlo das instituições da União Europeia;

Em 17 de Maio de 1988, ingressou na Inspeção-Geral da Administração do Território, onde, pela via do concurso, percorreu toda a carreira, tendo sido nomeado inspector administrativo assessor principal (topo da carreira) em 26 de Maio de 2000. No exercício destas funções, executou e coordenou inspecções ordinárias e inquéritos junto dos organismos do ex-MPAT e auditorias aos sistemas de gestão e